



Texto: Cristina Ávila

Liderança indígena prova que também sabe fazer Constituição

Eles chegaram um pouco tímidos a Brasília. O cacique Raoni disse que vinham para a guerra — diferente daquelas que enfrentam nas matas, não sem precedentes, mas das mais importantes. Cerca de 150 líderes de 25 nações deixaram suas terras, suas famílias e seus costumes — alguns durante dois meses — para acompanhar o processo constituinte. Visitaram gabinetes de parlamentares e estiveram com diversas autoridades, pedindo apoio às matérias favoráveis aos seus direitos e exigindo respeito. Superaram a própria timidez e encantaram as pessoas, com ritos, cantos, indumentárias e inteligência.
Entre as principais reivindicações dos índios, destacou-se a de supressão do artigo 271 do Projeto de Constituição, que os discriminavam conforme o contato com a sociedade envolvente. Protestaram, ainda, contra a Portaria nº 520/88, da Funai, que estabelece questionáveis critérios de aculturação. Instrumentos perigosos, ameaçadores à sua existência. Por onde andaram, falaram em português e outras línguas brasileiras. Tinham seus próprios intérpretes. E participaram da elaboração de uma Constituição.



Na sede da OAB, um debate com o presidente Márcio Thomaz Bastos e outros diretores da entidade

Não à discriminação

Cerca de 150 lideranças de 25 nações indígenas do País acompanharam os trabalhos dos senadores e deputados na elaboração da nova Constituição. Visitaram quase todos os gabinetes, com exceção de uns 50, que consideravam perda de tempo. Estiveram, ainda, no Ministério da Justiça, na Procuradoria Geral da República, na Ordem dos Advogados do Brasil, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e na Universidade de Brasília.

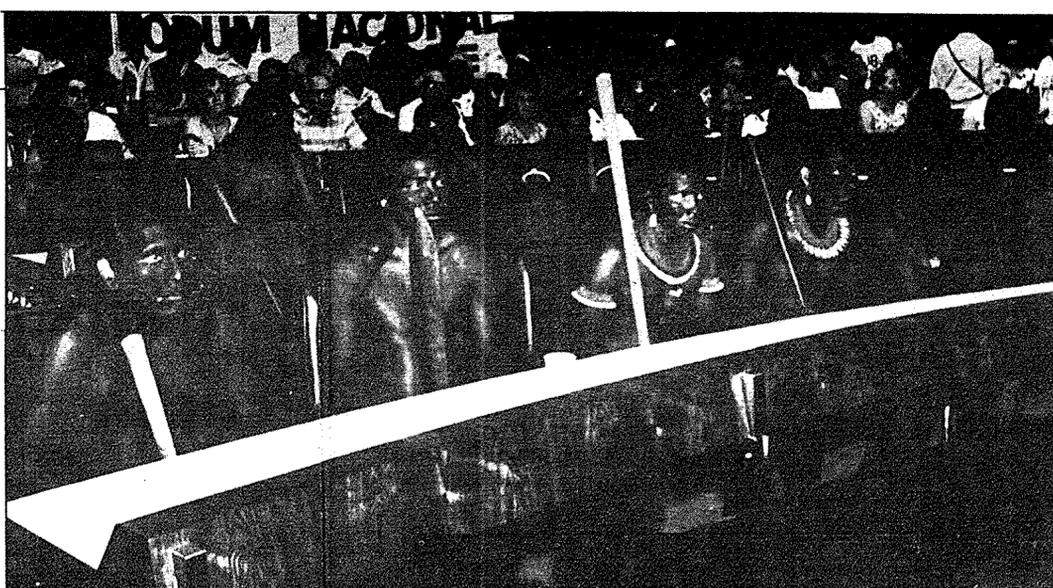
Durante os encontros, reivindicaram seus direitos na legislação, destacando entre os mais importantes a supressão do artigo 271 do Projeto de Constituição, por dividi-los entre aculturados e não-aculturados ou, em síntese, tirar o direito de ser índio daqueles que falam o português e assimilaram usos da sociedade envolvente.

O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, também ouviu seus protestos e afirmou "esperar dessa votação a correção de pontos absolutamente inaceitáveis do anteprojeto, como a extirpação do índio aculturado da proteção do Estado". O procurador Cláudio Fonteles, responsável pelos assuntos de violação dos direitos humanos, disse, também, que os conflitos nas terras indígenas não terminarão enquanto essas terras não forem todas demarcadas.

Na Ordem dos Advogados do Brasil, os índios foram recebidos pelo presidente Márcio Thomaz Bastos, que lhes assegurou "uma solidariedade ativa, assumindo a defesa de seus direitos, como no caso dos Tikuna". Comentou, ainda, que nos últimos cinco séculos os índios têm sido massacrados em nome de um falso progresso. "Por egoísmo e ambição pela riqueza de seu solo e subsolo, muitos não hesitam em ir ao assassinio".

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, acredita que um País que acolhe contingentes populacionais de várias origens, como o Brasil, deve reconhecer e defender os direitos de seus primeiros habitantes. Esse reconhecimento, segundo ele, inclui necessariamente a "posse da terra e a própria cultura como riqueza nacional". Os índios estiveram com dom Luciano, autoridades e bispos da Igreja.

As lideranças também foram à Universidade de Brasília — que possui uma comissão acompanhando os trabalhos constituintes — pedir o apoio do reitor Cristovam Buarque. Ele lhes sugeriu que escolhessem uma ou mais pessoas índias para estarem presentes permanentemente na Universidade, a exemplo do seringueiro Jaime Silva, integrante do núcleo da UnB, que fez palestras aos alunos e estudiosos dos povos da floresta.



O procurador geral da República, Sepúlveda Pertence (na foto, ao lado de Raoni), considerou inaceitável o artigo que discriminava "aculturados"



Na liderança do PMDB (foto à esquerda), ouviram do relator da Comissão da Ordem Social, Almir Gabriel, que a Constituição deve assegurar "as características plurais do Brasil"

Uma presença ativa e organizada



Um Kayapó na cadeira do procurador Sepúlveda Pertence: Momento de descontração, enquanto a reunião prosseguia na sala ao lado



No Congresso, os líderes formaram um corredor polonês à entrada do plenário, dia 25. 05. Para sua frustração, a votação foi adiada

Os indígenas vieram a Brasília trazendo na bagagem material suficiente para se apresentarem a rigor, desde as tinturas de genipapo (preta) e urucum (vermelha) até bordunas, cocares e adornos de penas coloridas que usam nos rituais em ocasiões especiais. Enfeitados e pintados, demonstraram, durante os dias que antecederam a votação do Capítulo dos Índios, que são ativos e organizados.

Entre os objetos do branco utilizados por eles, não faltou o relógio. Cumpriram com precisão todos os horários estipulados para as reuniões. Manoel Moura, Tukano do alto rio Negro (AM), que coordenou as visitas, praticamente cronometrou as conversas. Também não esqueceram de carregar gravador, máquina fotográfica, papel, caneta e equipamentos de videoteipe, para levar às aldeias o registro fiel da peregrinação.

No dia 25 de maio, data prevista para a votação, transferida por causa das articulações em torno do mandato presidencial, os índios foram para o Congresso com a indumentária própria dos grandes momentos. Eles formaram um corredor polonês na entrada do

plenário, entregando aos constituintes um abaixo-assinado com o pedido de votação favorável às emendas e destaques que garantiam seus direitos, e o protesto contra a Portaria da Funai 0520/88.

Na oportunidade, foram aplaudidos pelos funcionários públicos que também defendiam seus interesses junto aos parlamentares. Os índios cantaram e logo em seguida dirigiram-se para o auditório da Liderança do PMDB, onde todos se manifestaram, cada um em sua própria língua.

Pela primeira vez na história do Legislativo nacional, os índios participaram da elaboração da Constituição. Acompanharam os trabalhos desde o início. Viveram momentos marcantes — entre eles, em 1º de fevereiro do ano passado, na instalação da Assembleia Nacional Constituinte, quando foram impedidos de entrar nas galerias do plenário; em maio de 87, na entrega de sua proposta única aos parlamentares; e em agosto do mesmo ano, quando foram levar 90 mil assinaturas em favor de seus direitos, numa emenda de iniciativa popular.



Dezenas de índios estiveram no Ministério da Justiça (foto acima), e na CNBB (foto menor), cujo presidente, dom Luciano Mendes, lhes reafirmou o apoio efetivo da Igreja.

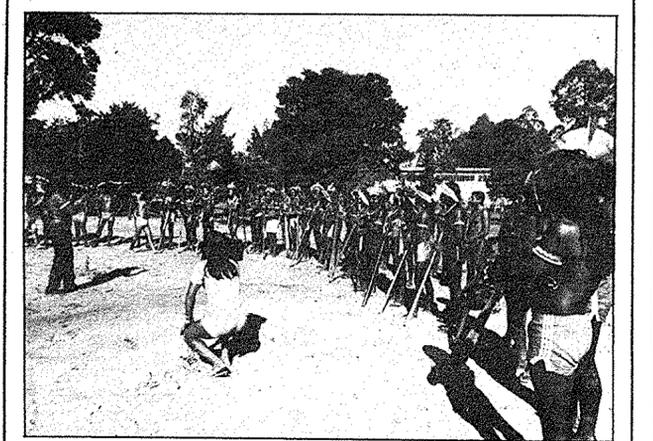
Pajelança pela vitória

Os momentos vividos pelas lideranças que acompanharam o processo constituinte foram relembrados todas as noites em seu acampamento na Superquadra Norte 905, em Brasília. Após a avaliação, era elaborada, ainda, a programação do dia seguinte. Quase nada escapou aos gravadores e equipamentos de videoteipe dos índios. Na antiga escola Santa Maria, viveram grandes expectativas, conversaram e participaram de rituais que reuniram nações de todas as regiões do Brasil.

Os momentos sempre convergia para o grande momento. A preocupação com os detalhes, com a estratégia para sensibilizar os constituintes ainda indecisos e manter o espírito de otimismo prevalecia. Eles observaram tudo. Comentaram que as visitas aos gabinetes dos deputados e senadores foram bastante receptivos. Na realidade, cativaram as pessoas. Nos dias em que estiveram no Congresso, podiam-se ver nos corredores diversos funcionários, repórteres e fotógrafos com o broche em favor da causa indígena pregado na lapela.

Uma das ocasiões mais importantes dessa convivência aconteceu na manhã do dia 25 de maio, data provável para a votação. Acordaram cedo, uns ajudaram os outros a pintar o corpo. Enfeitaram-se e, no pátio, fizeram a pajelança para atrair bons espíritos e alcançar a vitória. Talvez uma das raras oportunidades em que tantas lideranças estiveram juntas num ritual sagrado. Durante quase duas horas, formaram um círculo, revezando-se um a um no centro, fazendo rezas e exortações.

Mas as lideranças não conquistaram somente a simpatia deles. A bandeira do Brasil que carregaram algumas vezes em manifestações na Assembleia Nacional Constituinte foi oferecida por uma escola de primeiro grau localizada próximo ao acampamento. Os índios não passaram despercebidos pelos pequenos vizinhos. Mas fizeram questão de não topar com visitas inesperadas: eles pediram ao Cimi que cobrissem os vidros dos dormitórios, pois conhecem um comportamento muito comum na sociedade dita civilizada — a prática de assaltos.



No acampamento, em Brasília, cerimônia para atrair espíritos bons, pela vitória de todos os povos

Índio falador, índio tradutor

Aconteceu no auditório da CNBB, em Brasília, lotado de lideranças indígenas que buscavam solidariedade, presentes dom Luciano Mendes de Almeida, o presidente, e dez outros bispos, dia 24 de maio passado. Falava o cacique Raoni Mentuktire, em sua própria língua, e o sobrinho Paiacá ia traduzindo. Era o intérprete. Enayê Mairê, da nação Guaraní, lembrava em seguida: Índio tem que saber português para ser entendido. Mas se índio aprende o português, perde os direitos na lei. Referia-se a normas do governo estabelecendo diferenças entre aculturados e não-aculturados, discriminação que se tentava confirmar na Constituição. Vários líderes se pronunciaram e a Igreja lhes reafirmou seu apoio.



Raoni Mentuktire

RAONI

1 "Nós estamos aqui mais uma vez pedindo o apoio dos senhores aqui. É que eu quero o meu povo livre, eu quero que o meu povo fique em paz, eu quero que o meu povo tem direito, o direito deles. Eu quero que o meu povo tem a terra pra viver. Eu estou

aqui para que os senhores seja me ouvindo as minhas palavras. Toda vez que senhores fala, seja escrito, seja ouvido. E nós índios, nós liderança indígena, fala e não foi ouvido. Hoje estão matando meu povo com armas. Então, eu tenho que falar. Não podem ficar só matando".

2 "Desde o começo, meu pai me conta uma história de vocês, o povo branco que atravessou o mar e descobriu esse nosso país. Então, desde lá vem começando matar, discriminar, perseguir o nosso povo.

Eu nunca esqueci a história que o meu pai contou desde o começo. Então, acompanho a história. Então, eu não pode ficar calado, pra dizer isso. Eu tenho que contar o que aconteceu. Eu tenho que falar, pra me ouvir".

3 "A falei muito com Sarney, mandei muito recado, muito documento foi encaminhado. Eu acho que ele não quis ouvir mesmo. Ele tem que ouvir. Mas não tá ouvindo eu, como eu sou, Raoni; não tá me considerando

como eu sou, homem. Ele tá me considerando como uma criança; tá me considerando como uma mulher. Então, não pode ir assim, não. Tem que respeitar nós, ouvir nós. Somos homens, somos índios, homem também".

ENAYÊ MAIRÊ

"Eu creio que a gente vai conseguir vencer essa batalha. Porque não é justo discriminação do índio. Nós precisamos sempre ter índio aprendendo sempre mais coisas dos 'caraíba'. Como poderia, agora, falar com os senhores, se não houvesse um índio para falar em português? Raoni falou, Paiacá traduziu. Então, se esses índios que falam o português perderem os direitos, o que vai ser dos outros, que ainda não falam o português? Eu acho que isso é uma

coisa muito triste. Eu acho que Deus tem que jogar sua bênção, o seu olhar, nesses constituintes, para que eles não deixem nossos irmãos se acabar.

"Em nome de todos os irmãos indígenas, eu quero agradecer, e que chegue até o coração dos constituintes, que eles entendam que o índio tem um coração, o índio tem sentimento, o índio pensa, o índio também tem amor. E a natureza, a terra, para o índio, é vida".

PAULO BORORO

"Estamos reunidos aqui para poder levar a vossas senhorias, como bispos, que também não somente as lideranças, as nações indígenas, são perseguidas, mas, como eu sinto, como eu vi, assim na minha presença, em minha aldeia, fazendeiros, pistoleiros chegarem, pegar e matar o finado padre Rodolfo. E, também, juntamente com o Bororo Simão, e como lá nos Mynky, não só

matando só os índios, mas os missionários, os irmãos, as irmãs. Então, por isso que chegamos aqui, porque, unidos, nós, católicos, podemos conseguir o que pretendemos nessa Constituinte. A gente fica assim sentido, porque índio morre, padre morre, freiras morrem, irmãos morrem, então nesta luta acho que estamos juntos".



Enayê Mairê, guarani

Fotos: Egon Heck



CONSTITUINTE

Enfim, vitoriosa a luta pela causa indígena

Pela primeira vez em toda sua História, o Brasil terá uma Constituição que deverá tratar os povos indígenas sem o intuito de incorporá-los coercitivamente à sociedade envolvente. Conforme o texto do Capítulo dos Índios aprovado a 1º de junho pela Assembleia Nacional Constituinte, com 497 votos favoráveis, cinco contrários e dez abstenções, caberá à União protegê-los, mas sem "incorporá-los à comunhão nacional", como em constituições anteriores.

Vitória dos índios, que, se não conseguiram que a nova Carta os reconhecesse como nações, pelo menos lograram ver fora o artigo 271 do Projeto de Constituição, que os distinguia entre aculturados e não-aculturados. O texto aprovado foi resultado de longas negociações entre lideranças partidárias, e só se garantiram as conquistas em

virtude da presença, durante as negociações, de quase 200 lideranças de aproximadamente 30 nações indígenas de todo o País. O texto aprovado mostrou também que o resultado seria diferente se, no decorrer do processo constituinte, não tivessem sido apresentadas propostas bem mais avançadas do que foi possível aprovar.

OUTROS AVANÇOS

Com a nova Constituição, a própria política do governo para com os índios deixa de ser determinada exclusivamente pelo Poder Executivo, como reza a legislação atual, exigindo agora a participação ativa do Legislativo. A construção em áreas indígenas, por exemplo, de usinas hidrelétricas, ocorrerá somente após a autorização do Congresso



Alegres pelos resultados obtidos na votação do capítulo que trata de seus direitos, os índios foram comemorar na rampa do edifício do Congresso Nacional

Nacional e depois de a comunidade a ser atingida ter sido ouvida. Igualmente, será o Congresso Nacional quem aprovará ou não a pesquisa e lavra de riquezas minerais localizadas em terras indígenas. No dia 28 de abril, a Assembleia Constituinte já havia nacionalizado a mineração em todo o território nacional, estipulando ainda que a lei deverá regulamentar a atividade minerária em terras indígenas e na faixa de fronteira.

Quanto à remoção de grupos indígenas de suas terras, seja qual for o motivo, só poderá ocorrer também com a aprovação do Congres-

so Nacional, e fica garantido à comunidade o retorno à área.

Um outro dispositivo aprovado, o artigo 270, faz com que o Ministério Público assumira uma responsabilidade até então inédita: o acompanhamento em todos os processos, no Judiciário, que envolvam interesses indígenas. O que não impede que qualquer comunidade ou organização indígena ingresse em juízo sem a participação obrigatória de um órgão federal e do Ministério Público, como constava do Projeto de Constituição.

Em relação à terra, reconheceu-se que são origi-

nários os direitos dos índios sobre ela, incluídas aquelas áreas necessárias à sua reprodução física e cultural.

Mas a luta dos índios não termina com a nova Constituição. Vários dos dispositivos aprovados deverão ainda ser regulamentados em leis posteriores, exigindo novamente a presença deles em Brasília. Até lá, há o que se comemorar. Afinal, há tempos os povos indígenas no País não obtinham uma vitória como essa, tantos eram os decretos, portarias e decisões do governo que em nada os ajudavam; pelo contrário, os empurravam para a extinção.

Guerra e acordo

Os Kayapó consideraram a pajelança do cacique Raoni Mentuktire e do xamã Prepori Kayabi — ambos do Parque Nacional do Xingu — essencial para o resultado na Constituinte. Atraiu espírito para iluminar as lideranças dos partidos que se

encontravam em reunião, discutindo o texto que seria aprovado no dia seguinte. Mas o que influenciou as decisões, na realidade, foi a própria organização política dos índios. Souberam resistir ao longo período de guerra, e se manifestaram

sempre na hora e medida certas. O ponto em que se previa maior polémica, a supressão do artigo 271 (que pretendia discriminar os aculturados e não aculturados) foi decidido rapidamente. Possivelmente devido ao cansaço, pois de acordo



Foram longas e numerosas as reuniões para que as lideranças partidárias chegassem a um acordo sobre os direitos dos índios

com a ordem dos debates, foi o último a merecer apreciação. Principalmente José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) resistiram durante muito tempo a aceitar que fossem reconhecidos os direitos dos índios. Bonifácio de Andrada declarou dias antes que sua posição seria determinada após consulta ao Conselho de Segurança Nacional, que teve ainda como porta-vozes os deputados José Lins, José Dutra (PMDB-AM) e Ottomar Pinto (PTB-RR). José Vianna (PMDB-BA) também compareceu a reunião do acordo, defendendo teses reducionistas dos direitos indígenas.

Num dos dias de negociações, o líder Raoni Mentuktire encontrou-se com José Lins e perguntou: "A verdade, sem mentir, o que você está dizendo lá dentro?" Lins quis entrar em generalidades, mas o índio não deixou. Pegou-lhe a mão e, estendendo-a em direção a outros Kayapó, fez com que o deputado cumprimentasse a todos, comprometendo-se a votar favoravelmente aos seus direitos. O parlamentar ficou visivelmente embaraçado. Raoni fez o mesmo com Bonifácio de Andrada.

Entre idas e vindas nos gabinetes, diversas vezes a assessoria jurídica do Cimi encontrou-se com militares do Conselho de Segurança Nacional,

que faziam seu lobby, atentos principalmente as perspectivas de êxito do Projeto Calha Norte. Uma destas surpresas aconteceu no gabinete do senador Jarbas Passarinho, que sugeriu uma conversa para "quebrar o gelo" da situação. Não alcançou seu intento, pois os prepostos do CSN estavam instruídos para não falar com os indígenas.

É importante destacar que um bom número de constituintes votou a favor dos direitos indígenas depois que, principalmente da parte das entidades indígenas — como o Cimi —, a questão foi desideologizada. Fez-se questão de esclarecer que o que estava em jogo não era esta ou aquela posição política, ideológica, mas a sobrevivência dos índios. Cumpre, também, ressaltar que, do lado dos índios, funcionaram como principais negociadores, nas reuniões de lideranças, os senadores Severo Gomes (PMDB-SP), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Amaury Müller (PDT-RJ) e Mário Covas (PMDB-SP) e os deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Fábio Feldman (PMDB-SP), Tadeu França (PDT-PR), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Haroldo Lima (PC do B-BA), José Carlos Sabóia (PSB-MA), Artur da Távola (PMDB-RJ) e Alcei Guerra (PFL-PR).